

Condsef/Fenadsef entrega abaixo-assinado e carta de repúdio à Ebserh

Na manhã do 27 de maio, Dia Nacional de Lutas, servidores e empregados públicos realizaram atos por todo o País, em defesa dos serviços públicos, contra o congelamento salarial e pela derrubada do veto presidencial ao PLP 39/2020. A matéria, que trata do auxílio financeiro a Estados e Municípios, foi instrumentalizada pelo ministro da Economia Paulo Guedes para realizar parte da Reforma Administrativa que o governo anuncia há meses, proibindo desde já reajuste dos vencimentos dos trabalhadores da administração pública.

Em Brasília, a Condsef/Fenadsef e o Sindsep-DF protestaram em frente à sede da Ebserh, onde entregaram carta de repúdio à empresa e abaixo-assinado com mais de 8 mil assinaturas. Também participaram Sindprev e Fenasps. O documento condena a redução salarial de parte dos trabalhadores da Saúde, implantada após alteração do cálculo do adicional de insalubridade que os empregados recebem. Em alguns casos, o corte chega a 27%.

Heróis

Os empregados da empresa, que atuam na linha de frente do combate à pandemia, muitos separados da família para evitar contaminação, denunciam que, apesar do momento de intensa dedicação dos trabalhadores que honram suas obrigações diuturnamente, a empresa tem como objetivo desvalorizar ainda mais a categoria, retirando cláusulas sociais do Acordo Coletivo de Trabalho e reduzindo ainda mais os vencimentos.

"Muitos destes [empregados públicos] trabalham na linha de frente, participam de intubações, cirurgias gerais, reabilitação, enfim, fazem o trabalho da melhor forma e se arriscando diariamente", afirma a carta de repúdio. A desvalorização destes profissionais reflete a negligência do governo com a população brasileira usuária dos serviços públicos e mostra descaso na intenção de efetivamente combater a pandemia.

Reivindicações

O abaixo-assinado exige que a Ebserh acate a proposta de ACT apresentada pela Condsef/Fenadsef em dezembro de 2019, garantindo todas as cláusulas sociais, e pede que a empresa adote medidas efetivas para a proteção da saúde dos empregados dos Hospitais Universitários, principalmente neste momento de crise sanitária. A carta de repúdio que acompanhou as assinaturas elenca nove ameaças da Ebserh aos trabalhadores que atendem o SUS, das quais destacam-se a redução em 50% no valor da hora trabalhada em feriados, aumento da carga horária aos plantonistas noturnos e limitação da licença para acompanhar familiares a exames e consultas médicas.

Durante o ato, os protestantes proferiram palavras de ordem pela valorização do SUS, pela soberania nacional, em defesa do meio ambiente e dos povos indígenas, por uma educação pública e universal, além de outras reivindicações que integram a luta ampla pela proteção dos serviços públicos. As pautas foram intercaladas com gritos pedindo a saída do presidente Jair Bolsonaro.

O Secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, entregou as reivindicações à Ebserh e criticou as políticas do atual governo federal. "Não é possível continuar desse jeito. Este Dia Nacional de Lutas é para mostrar para Bolsonaro que vai ter resistência e que vamos colocar ele no seu devido lugar, que é ao lado das milícias do Rio de Janeiro. Cadeia para ele!", declarou.

Oton Pereira Neves, Secretário-geral do Sindsep-DF, defendeu a vida acima do lucro. "Nós temos que buscar unidade de toda a classe trabalhadora para derrubar o governo Bolsonaro. É fundamental defender a democracia, os direitos e o serviço público para a sociedade. Precisamos colocar freio neste governo

desumano e irresponsável, que está jogando o povo brasileiro na miséria", mobilizou. Para a Condsef/Fenadsef, a luta está só começando.

Bolsonaro veta aumento para servidores até o fim de 2021 e sanciona socorro a estados

Após dar aval a deputados e senadores para manter reajuste mais amplo para servidores, o presidente atendeu a apelo do ministro Paulo Guedes (Economia) e congelou os salários até o fim de 2021. A suspensão do aumento de vencimentos do funcionalismo de municípios, estados e União era contrapartida exigida por Guedes para ajudar os entes da Federação a enfrentar os efeitos do coronavírus. O Congresso agora pode manter ou derrubar os vetos de Bolsonaro. Porém, na tramitação do texto, deputados e senadores haviam poupado do congelamento de salários uma gama ampla de servidores.

Entre as categorias beneficiadas estavam civis e militares, como professores, médicos, enfermeiros, profissionais de limpeza urbana, agentes funerários, policiais e as Forças Armadas.

A decisão, segundo projeção da equipe de Guedes, reduziria para R\$ 43 bilhões a economia com o congelamento. Inicialmente, eram previstos R\$ 130 bilhões. De acordo com Bolsonaro, na mensagem do veto, o dispositivo aprovado "viola o interesse público por acarretar em alteração da economia potencial estimada".

Antes de sancionar a lei, o governo acelerou, porém, medidas para beneficiar policiais —base bolsonarista—, a fim de livrá-los das travas ao aumento salarial.

Na terça-feira (26), Bolsonaro publicou uma MP (medida provisória) autorizando reajuste para policiais civis, militares e bombeiros do Distrito Federal. O custo para a União é estimado em R\$ 500 milhões.

Ele ainda conseguiu aprovar outra MP que reestruturou a carreira da Polícia Federal. Passada essa articulação para atender a base bolsonarista, municípios e estados terão acesso ao dinheiro.

Prefeitos e governadores tinham pressa em razão da queda de arrecadação provocada pela retração econômica. O distanciamento social tem afetado as atividades.

A versão final do texto foi aprovada pelo Senado em 6 de maio. O pacote de ajuda chega a R\$ 125 bilhões durante a crise da Covid-19. O socorro vale por quatro meses. Municípios e estados receberão R\$ 60 bilhões em repasses diretos ao longo do programa. Os recursos impactarão o Orçamento da União.

O pacote prevê que R\$ 10 bilhões serão destinados diretamente para o enfrentamento ao coronavírus —R\$ 7 bilhões a estados e Distrito Federal e R\$ 3 bilhões a municípios.

O restante do valor a ser transferido (R\$ 50 bilhões) será repartido de duas formas. Serão R\$ 30 bilhões distribuídos diretamente a estados e DF e os outros R\$ 20 bilhões a municípios.

O rateio será feito segundo a regra de proporção, levando em consideração critérios mistos, como perdas de ICMS (imposto estadual) e de ISS (municipal) e o número de habitantes.

Além disso, o plano prevê suspensão de dívidas com a União e bancos públicos. Esse montante chega a quase R\$ 50 bilhões.

Um outro veto de Bolsonaro contraria os estados e atende a pedido de Guedes. O projeto aprovado previa que a União não suspenderia repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados) caso pagasse dívidas com bancos internacionais.

A equipe econômica defendeu a manutenção da regra, mesmo na pandemia: se um estado deixar de pagar um banco multilateral, como o Banco Mundial, o Tesouro cobre as parcelas, mas, como contrapartida, retém uma parte dos repasses via FPE.

Na quinta-feira (21), quando Bolsonaro se reuniu com chefes dos Executivos estaduais, o governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), pediu que o trecho não fosse vetado. Para os governadores, isso inviabilizaria a suspensão do pagamento das dívidas com organismos multilaterais, que traria um alívio de R\$ 10,7 bilhões.

Ao vetar, o presidente escreveu que "o dispositivo, ao impedir a União de executar as garantias e contragarantias das dívidas a que se refere, viola o interesse público ao abrir a possibilidade de a República Federativa do Brasil ser considerada inadimplente perante o mercado doméstico e internacional".

De acordo com ele, isso acarreta "consequências que podem culminar no risco de refinanciamento do país e potencial judicialização nos tribunais estrangeiros, deixando o Brasil numa situação em que tecnicamente seria considerado um país em default".

Além disso, ao suspender dívidas dos municípios com a Previdência Social, era permitido que as parcelas não pagas fossem quitadas após o prazo do refinanciamento.

Ao deixar de pagar essas parcelas, os municípios terão um alívio de R\$ 5,6 bilhões. No entanto, o presidente também vetou o dispositivo que permitia a extensão do prazo de pagamento. Segundo

Bolsonaro, a medida é inconstitucional, "tendo em vista que a moratória concedida aos entes federativos poderia superar o limite" de 60 meses.

O quarto e último veto do Bolsonaro foi feito a pedido da Secretaria-Geral da Presidência e AGU (Advocacia-Geral da União). O dispositivo aprovado pelo Congresso previa a suspensão de todos os concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais já homologados até o fim do estado de calamidade pública —31 de dezembro de 2020.

Segundo Bolsonaro, a medida viola o pacto federativo, "bem como a autonomia de estados, Distrito Federal e municípios". O pacote de socorro aos estados e municípios aprovado no Senado se tornou um meio-termo entre a versão da Câmara, de abril, e a proposta inicial da equipe econômica.

O time de Guedes chegou a apresentar, em meados de abril, um pacote de socorro de R\$ 77,4 bilhões, com R\$ 40 bilhões de transferência direta. O plano de auxílio da Câmara, segundo o Tesouro, poderia custar mais de R\$ 200 bilhões.

Guedes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), travaram um embate sobre o tamanho do pacote. No fim, Maia disse que o texto final do Senado era "ótimo". Para Maia, o socorro aos estados foi uma "grande vitória do Parlamento". "O que nós queríamos e aconteceu era garantir recursos emergenciais para estados e municípios."

Servidores do Ibama veem mordaza em parecer para coibir manifestações na internet

Circula entre servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) uma nota técnica elaborada pela Comissão de Ética do órgão que pretende coibir as manifestações políticas contrárias ao governo nas redes sociais dos agentes ambientais.

Segundo a nota, que ainda não foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), têm sido recebidas denúncias de condutas de servidores que atentam contra o Código de Ética dos Servidores Públicos. Entre elas estão manifestações contra políticos específicos, ocupantes de cargos no Executivo e Legislativo; posições contrárias a projetos de lei do Congresso e atos do governo; manifestações contra exonerações e nomeações de servidores para cargos de chefia; e compartilhamento de notícias veiculadas na imprensa.

Servidores do órgão receberam o texto como uma "Lei da Mordaza" que visa limitar a liberdade de expressão dos servidores nas redes sociais e intimidá-los. Segundo eles, o documento se insere em um contexto de silenciamento dos agentes ambientais empreendido desde o começo do governo do presidente Jair Bolsonaro.

No ano passado, o governo já vinha tomando medidas de enfraquecimento das estruturas ambientais, tanto em direção a servidores quanto à sociedade civil. Em 2019, a participação de entidades em conselhos de controle social foi reduzida ou anulada. Mudanças no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) são alguns dos exemplos.

O presidente da Associação Nacional dos Servidores Ambientais (Ascema), Denis Rivas, acredita que a nota técnica extrapola os limites legais. "Parece interferência na liberdade de manifestação, de pensamento dos servidores. A medida que isso extrapola a legislação existente e toma forma em um Código de Ética, nos parece um abuso de autoridade que visa amordaçar os servidores", disse Rivas

CNEN alerta servidores sobre golpe

Os servidores da CNEN/CDTN receberam orientações do Plano de Saúde (PLAM CNEN) para que fiquem atentos a ações de estelionatários a pessoas em internação hospitalar ou com parentes que estejam nessa situação. Na mensagem, representantes do plano alertam que um servidor beneficiário foi contatado pelos estelionatários, mas felizmente, não caiu no golpe.

O alerta foi enviado após uma reportagem veiculada no dia 27/05, em que um morador de Belo Horizonte caiu no golpe e teve um prejuízo de mais de R\$7 mil após fazer depósitos ao suposto plano de saúde para tratamento adicional de um parente internado em um hospital particular da capital.

Portanto, caso algum (a) servidor (a) receba supostas ligações do plano de saúde ao qual é beneficiário (a) solicitando pagamentos adicionais referentes a exames e/ou outros tratamentos, entrem em contato com o plano de saúde para se certificarem e nunca façam pagamentos a terceiros. Esse alerta vale para todos os servidores e trabalhadores de empresas públicas!